

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores da
CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.
Salvador - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo. Consequentemente, sua manutenção em regime operacional depende diretamente dos planos e esforços da Administração com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e retomada da lucratividade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes decorrentes desta incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Consoante mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia pretende, no exercício de 2019, adotar providências para reverter o patrimônio líquido negativo, através da contabilização do custo atribuído das fazendas e, se necessário, fazer integralização de capital social com créditos de cotistas.



Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 03 de dezembro de 2018, contendo parágrafos de ênfases relacionados com a incerteza da continuidade operacional e os ajustes retrospectivos realizados para fins de comparabilidade entre os exercícios.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 08 de março de 2019.



AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA – N° 0568

ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO
CONTADOR – CRC/BA N° 17.549

QUADRO I

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	04	1.947.082	3.936	Fornecedores	08	2.081.380	1.877.777
Tributos a recuperar		159.925	97.677	Debêntures a pagar	09	1.365.461	-
				Obrigações tributárias		153.679	144.560
				Parcelamentos tributários	10	522.261	459.592
Total do circulante		2.107.007	101.613	Total do circulante		4.122.781	2.481.929
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Operações com partes relacionadas	06	56.502.291	59.477.785
Contas a receber	05	11.653.334	10.545.992	Adiantamentos de clientes	11	19.552.546	19.393.442
Operações com partes relacionadas	06	6.515.941	3.532.638	Debêntures a pagar	09	11.947.787	-
				Fornecedores	08	28.000	-
				Parcelamentos tributários	10	2.230.395	2.672.903
				Provisão para contingências	12	582.526	581.175
		18.169.275	14.078.630			90.843.545	82.125.305
Investimentos	07	16.520.560	16.520.560	<u>Patrimônio líquido</u>			
				Capital social	13	12.020.001	12.020.001
				Prejuízos acumulados		(70.189.485)	(65.926.432)
Total do não circulante		34.689.835	30.599.190	Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(58.169.484)	(53.906.431)
TOTAL DO ATIVO		36.796.842	30.700.803	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		36.796.842	30.700.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	2018	2017
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos	14	3.689.926	2.590.668
		3.689.926	2.590.668
Deduções sobre receitas		(343.486)	(239.651)
Receita operacional líquida		3.346.440	2.351.017
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	15	(1.608.096)	(1.128.643)
Tributárias		(46.189)	(47.084)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.155.827	1.307.099
Despesas financeiras	17	(6.741.460)	(10.340.985)
Outras despesas operacionais		(321.126)	(258.145)
Total das (despesas) receitas operacionais		(7.561.044)	(10.467.758)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda		(4.214.604)	(8.116.741)
Imposto de renda		(33.854)	(34.635)
Contribuição social		(14.595)	(16.788)
Prejuízo do exercício		(4.263.053)	(8.168.164)
Prejuízo por ação do capital social no final do exercício		R\$ (0,35)	R\$ (0,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III**CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		12.020.001	(57.758.268)	(45.738.267)
Prejuízo do exercício			(8.168.164)	(8.168.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		12.020.001	(65.926.432)	(53.906.431)
Prejuízo do exercício			(4.263.053)	(4.263.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		12.020.001	(70.189.485)	(58.169.484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais, excluídos os centavos)

	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(4.263.053)	(8.168.164)
Ajustado por:		
Provisão para contingências	1.351	-
Variação cambial, líquida	4.557.337	7.898.693
Baixa líquida de imobilizado	-	(2.656)
	<u>295.635</u>	<u>(272.127)</u>
Variações nos ativos - aumento (redução)		
Contas a receber	1.780	-
Tributos a recuperar	(62.248)	(97.049)
Adiantamentos a fornecedores	-	250.000
	<u>(60.468)</u>	<u>152.951</u>
Variações nos passivos - (redução) aumento		
Fornecedores	231.603	196.211
Obrigações tributárias	(370.720)	(20.243)
Adiantamentos de clientes	159.104	(578.406)
	<u>19.987</u>	<u>(402.438)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>255.154</u>	<u>(521.614)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Empréstimos a empresas ligadas, líquidos dos pagamentos	(2.983.303)	(219.117)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.983.303)</u>	<u>(219.117)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
Empréstimos de empresas ligadas, líquidos dos pagamentos	(8.641.953)	727.405
Captação de recursos na emissão de debêntures, líquido	13.313.248	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>4.671.295</u>	<u>727.405</u>
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.943.146</u>	<u>(13.326)</u>
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.936	17.262
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.947.082	3.936
	<u>1.943.146</u>	<u>(13.326)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** **(Em reais, excluídos os centavos)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Campo Largo Patrimonial S.A. ou “Companhia”, com sede em Salvador, é uma sociedade por ações, subordinada aos termos da Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem por objeto social a compra e venda de imóveis próprios, o aluguel de imóveis próprios, o loteamento de imóveis próprios, a gestão e administração de propriedade imobiliária.

A Campo Largo é uma controlada da Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda., companhia situada na Cidade de Lisboa, Portugal. A Empresa tem como objetivo social: (i) compra e venda de imóveis próprios; (ii) aluguel de imóveis próprios; (iii) loteamento de imóveis próprios (iv) gestão e administração da propriedade imobiliária.

Em 27 de junho de 2016, foi protocolada a incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda., tendo por base o balanço patrimonial em 31 de maio de 2016 e laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Com a incorporação da empresa Biobrax Energias Renováveis Ltda, o patrimônio líquido da Campo Largo Patrimonial S.A. que era positivo em R\$ 8.779.673 (31 de dezembro de 2015), passou a ser negativo em R\$ 53.885.153 (31 de dezembro de 2018), reflexo, basicamente, da referida incorporação, sem qualquer interferência direta na atividade normal e operacional da Empresa.

Para reverter essa situação, os sócios acionistas pretendem, durante o exercício de 2019, reconhecer contabilmente o custo atribuído das fazendas classificadas em conta de investimentos e, se necessário, fazer integralização de capital social com parte dos empréstimos dos sócios, classificados no passivo não circulante. Ademais, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional, em virtude do principal débito existente ser decorrente de empréstimos contraídos com os próprios acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor recuperável de ativos, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

d) Propriedades para investimentos

A propriedade para investimentos é inicialmente mensurada pelo custo e podendo ser subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

A Companhia optou pela adoção do método de custo.

e) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso o pagamento devido após o exercício subsequente são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento de propriedade no curso normal das atividades da Companhia. A receita bruta é apresentada deduzida dos tributos, abatimentos e os respectivos descontos. Os tributos incidentes sobre as receitas estão apresentados deduzidos dos respectivos créditos tributários. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão.

- **Receita de aluguel de propriedade para investimentos**

A receita de aluguel de propriedade para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

g) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

h) Moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional da Empresa, e também, sua moeda de apresentação.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no Resultado do Exercício. A Companhia não efetuou revisão do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

▪ Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Empresa a incorrer em perdas financeiras.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

e) Risco de mercado

▪ Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio tais como: contas a pagar com fornecedores e empréstimo junto a empresa ligada.

Atualmente, a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio e não tem sido prática operar com derivativos.

4. CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	1.717	1.717
Banco conta movimento		
Banco Paulista	362.289	-
Banco do Nordeste	589	589
Bradesco S.A.	1	1
Aplicações financeiras		
Bradesco S.A	1.582.486	1.629
	1.947.082	3.936

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras em renda fixa de liquidez imediata, remuneradas pela variação do CDB e CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda	11.588.132	10.479.010
Outros	65.202	66.982
	11.653.334	10.545.992

Os saldos das contas a receber são decorrentes da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

O saldo a receber refere-se a venda da participação societária da Biobrax Energias Renováveis, Ltda. na Campo Largo Patrimonial Ltda., para a da Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

6. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS LIGADAS

	ATIVO	
	2018	2017
Norwind Energias Renováveis Ltda.	4.555.852	1.598.102
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	1.936.816	1.645.905
D-3 Patrimonial Ltda.	23.273	22.534
João Mello ME	-	266.097
	6.515.941	3.532.638
	PASSIVO	
	2018	2017
Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.	53.826.478	57.083.685
Quifel Natural Resources S.A.	2.675.813	2.392.100
JSM Empreendimentos Imobiliários	-	2.000
	56.502.291	59.477.785

Os empréstimos foram obtidos e concedidos através de mútuos, sem cobrança de encargos financeiros.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

Refere-se, basicamente, à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de €12.129.911 em 31 de dezembro de 2018. (Em 31 de dezembro de 2017 €14.388.910.)

Quifel Natural Resources S.A.

Refere-se à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 603.000 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

7. INVESTIMENTOS

	2018	2017
Propriedade para investimentos		
Fazenda Campo Largo	12.010.000	12.010.000
Fazenda Boa Sorte	2.680.560	2.680.560
Fazenda Várzea	1.800.000	1.800.000
Outros	30.000	30.000
	16.520.560	16.520.560

Fazenda Campo Largo, Fazenda Boa Sorte e Fazenda Várzea.

No exercício de 2016, a Companhia transferiu o saldo constante no grupo do imobilizado para o grupo de investimentos. A propriedade atende aos requisitos necessários previstos no pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos, tendo sido registrado pelo custo de aquisição.

8. FORNECEDORES

	2018	2017
Quifel Natural Resources S.A.	2.067.439	1.847.607
Hamsa Apoio Administrativo Eireli	28.000	-
Siqueira Castro Advogados	-	733
Outros	13.941	29.437
	2.109.380	1.877.777
Passivo circulante	2.081.380	1.877.777
Passivo não circulante	28.000	-

Quifel Natural Resources S.A.

Saldo referente a prestação de serviços para Biobrax Energias Renováveis Ltda. transferido para a Campo Largo através do processo de incorporação. Os valores são decorrentes de transações em Euros no montante de € 465.744 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

9. DEBÊNTURES A PAGAR

	2018	2017
Debêntures a pagar	14.063.078	-
(-) Custos na emissão de debêntures	(749.830)	-
	13.313.248	-
Passivo circulante	1.365.461	-
Passivo não circulante	11.947.787	-

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 14.000.000, na data da emissão, refere-se a 14.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,75% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 120 meses a contar da data de emissão. As debêntures serão amortizadas mensalmente em 117 parcelas, iniciando em janeiro de 2019.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, da totalidade dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

10. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	2018	2017
Parcelamento Lei nº 11.941/09	2.673.231	3.055.034
Outros	79.425	77.461
	2.752.656	3.132.495
Passivo circulante	522.261	459.592
Passivo não circulante	2.230.395	2.672.903

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

O saldo é referente ao parcelamento de débitos de ITR da Biobrax Agrícola Ltda. transferido para a Campo Largo no exercício de 2014 através do processo de incorporação da Empresa.

No exercício de 2009, a Biobrax Agrícola Ltda., protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos. Em 21 de novembro de 2009, os débitos foram consolidados e suas parcelas estão sendo pagas respeitando as datas de vencimento.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontra-se composto da seguinte forma:

Quantidade de parcelas restantes:				
Total de parcelas consolidadas	2018	2017	2018	2017
160	70	83	2.673.231	3.055.034
Total			2.673.231	3.055.034

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2018	2017
CLWP Eólica Parque I Ltda.	1.749.078	1.775.839
CLWP Eólica Parque II Ltda.	1.883.000	1.926.973
CLWP Eólica Parque III Ltda.	1.709.043	1.651.619
CLWP Eólica Parque IV Ltda.	1.709.043	1.651.619
CLWP Eólica Parque V Ltda.	1.709.043	1.651.619
CLWP Eólica Parque VI Ltda.	1.709.043	1.651.619
CLWP Eólica Parque VII Ltda.	1.709.043	1.651.619
CLWP Eólica Parque XV Ltda.	1.883.000	1.926.973
CLWP Eólica Parque XVI Ltda.	1.891.465	1.926.973
CLWP Eólica Parque XVIII Ltda.	1.891.745	1.651.616
CLWP Eólica Parque XXI Ltda.	1.709.043	1.926.973
	19.552.546	19.393.442

A Companhia recebeu adiantamentos dos arrendatários das áreas onde estão sendo construídos os parques eólicos. Esses adiantamentos são atualizados pela IPCA/IBGE e serão restituídos, a partir de janeiro de 2020, pelo período de 13 anos, dos valores mensais futuros a serem pagos.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2018, os valores envolvidos de acordo com processos, cuja probabilidade de perda é provável, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

	2018	2017
Provisão para contingências tributárias	582.526	581.175
	581.175	581.175

Os valores estimados dos processos contidos nas informações da assessoria jurídica, cujo risco foi avaliado como provável, podem ser assim demonstrados:

Processo	Valor estimado – R\$
Tributário	
10530.724.011/2014-58	128.280
10530.724.012/2014-01	123.958
10530.724.360/2014-70	113.780
10530.726.604/2011-14	110.348
10530.726.605/2011-51	106.160
Total	582.526

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representado por 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Conforme ata de reunião dos sócios realizada em 19 de fevereiro de 2018, registrada na JUCEB sob o nº 29300036374, foi aprovada a transformação da sociedade limitada em sociedade por ações de capital fechado, permanecendo a mesma estrutura e objeto social de sua antecessora, alterando-se apenas a sua natureza jurídica e, consequentemente, a sua denominação social para Campo Largo Patrimonial S.A. O capital social integralizado de R\$ 12.020.001 da sociedade transformada foi convertido em 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1 cada uma.

14. RECEITA OPERACIONAL

	2018	2017
Arrendamentos de terrenos	3.689.926	2.590.668
	3.689.926	2.590.668

As receitas são decorrentes de 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica na Fazenda Campo Largo. Os contratos possuem vencimento em 2063.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Assessoria jurídica	843.697	335.693
Consultoria técnica	500.464	95.125
Serviços contratados	209.358	655.420
Outros	54.577	42.405
	1.608.096	1.128.643

16. RECEITAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Variação cambial ativa	1.109.122	1.306.790
Outros	46.705	309
	1.155.827	1.307.099

17. DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Variação cambial passiva	5.666.460	9.452.141
Atualizações monetárias	1.046.675	862.679
Outros	28.325	26.165
	6.741.460	10.340.985
